

AVALIAÇÃO COMO MEDIADORA DA APRENDIZAGEM NO ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Daniela Alves Maciel; Cintia Baião Barros Tavares; Tereza Karine dos Rêz; Aparecida Carneiro Pires

Universidade Federal de Campina Grande -
danielaalvesmaciel@outlook.com.br; cintiabdeb@gmail.com; karinehreis@hotmail.com;
acppedagoga@yahoo.com.br

Resumo

O presente artigo objetiva refletir acerca da avaliação da aprendizagem no âmbito educacional, enquanto mediadora das práticas docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Sendo este, um tema pertinente no contexto escolar, devido às práticas avaliativas vigente de caráter homogêneo e excluyente, tornando-se inerente muitas vezes, apenas para obtenção de nota e sobre tudo, a classificação e conseqüentemente a rotulação do educando, resultando na punição. Dessa maneira, procuramos desmistificar as práticas de exames/provas que são erroneamente utilizados como se fossem avaliações. Assim, buscamos especificar que os testes escolares em si não são uma avaliação da aprendizagem no sentido de proporcionar a mediação o ensino-aprendizagem mas, pelo contrário, são utilizados na tentativa de medir o conhecimento adquirido pelos educandos e expressar os resultados de forma quantitativa, como se fossem verdades absolutas. Desse modo torna-se viável uma discussão para refletir sobre as práticas avaliativas como subsidiária no processo de aprendizagem. Para o desenvolvimento deste estudo, utilizamos pesquisas bibliográficas e uma entrevista estruturada, contendo cinco questões, assim sendo, foram analisadas três destas, a qual consideramos relevante para a discussão. A entrevista foi realizada com uma professora em formação, atuante nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Para isso, tivemos como luz os estudos de alguns autores como: Luckesi (1997), Hoffmann (2001) Meireles (2012), Vasconcellos (1995) entre outros autores que abordam a mesma temática e em leis que buscam orientar a prática avaliativa, como a Lei de Bases e Diretrizes da Educação Nacionais e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Diante deste trabalho, faz-se inevitavelmente refletir a avaliação da aprendizagem assumindo uma função acolhedora, diagnóstica que necessita de uma tomada de decisão para determinar como atuar sobre o que está sendo avaliado, a fim de promover o desenvolvimento de ensino-aprendizagem do educando, como também promover a reflexão da prática docente, pois compreendemos a avaliação tal como um ato indissociável da ação pedagógica

Palavras-Chave: Avaliação; Aprendizagem; Educação; Mediadora; Ensino Fundamental.

Introdução

O ato de avaliar circunda o ser humano, seja essa, feita a um objeto ou uma ação. Assim no âmbito escolar não é diferente, desse modo, a avaliação faz parte da ação pedagógica tornando-se um ato indissociável da prática do professor. Para compreendermos melhor o ato de avaliar, recorreremos aos estudos de Luckesi e Hoffman para conceituar a avaliação.

Para Luckesi (1997) o ato de avaliar implica análise de dados, do objeto da avaliação, posteriormente requer atribuição de valor ou

qualidade a partir do valor ou da qualidade atribuído, é necessário uma tomada de decisão para atuar sobre ele.

Segundo Hoffmann (2001) avaliação deve ser mediadora estando aberta ao diálogo e interação entre professores e alunos, uma vez que é um processo continuado, tornando-se um processo dialético e dinâmico.

Nesse sentido, a avaliação tem como propósito diagnosticar tendo em vista orientar para produzir um melhor resultado possível, nesse segmento o termo da avaliação no contexto escolar tem sido usado erroneamente como verificação da aprendizagem pautada na classificação e seletividade, na qual o exame e provas têm a função de medir o conhecimento do educando, o conceito de avaliação rompe com esse paradigma de exame centrado na verificação direcionado na aprovação e reprovação do educando.

Procuramos desmistificar a avaliação do modo que está sendo utilizada como algo punitivo e seletivo, deste modo, o termo avaliação está empregado erroneamente na prática avaliativa vigente, pois ela difere do real sentido da avaliação, assim sendo a avaliação condiz como subsídio para o professor orientar a sua prática pedagógica, e como instrumento contribuindo no processo de ensino- aprendizagem dos educandos, assim, a avaliação como um ato amoroso como uma mola propulsora para melhorar a aprendizagem

Neste segmento, a avaliação como instrumento de suporte pedagógico está pautada e amparada em documento com bases legais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9394/96, no seu artigo 24, inciso V, alínea a), estabelece que a avaliação na educação básica deve seguir critérios estabelecidos, como: “Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”. As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, por outro lado afirmam que:

Art. 47. A avaliação da aprendizagem baseia-se na concepção de educação que norteia a relação professor-estudante-conhecimento-vida em movimento, devendo ser um ato reflexo de reconstrução da prática pedagógica avaliativa, premissa básica e fundamental para se questionar o educar, transformando a mudança em ato, acima de tudo, político. (2013, p. 76)

Deste modo, não significa, que tais decretos sejam seguidos ou compreendidos adequadamente pelos profissionais da educação.

Diante de tal complexidade, abordaremos o presente texto sobre três eixos temáticos, no qual se articulam. No primeiro discorreremos sobre a avaliação como problema no cotidiano escolar, tendo como propósito analisar a avaliação de modo punitiva, no segundo exploraremos a diferença entre avaliação e a prática centrada nos exames, no terceiro analisaremos uma entrevista estruturada realizada com uma Professora em Formação que atua nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

E para ponderar utilizaremos para refletir sobre tais temas, aportes teóricos como Luckesi (1997), Hoffmann (2001) Meireles (2012) e Vasconcellos (1995), que darão sustentação para a discussão seguinte.

Avaliação como problema no cotidiano da educação escolar

As práticas avaliativas têm causado inúmeras discussões nos dias atuais, principalmente, por seu caráter cada vez mais aproximado das funções classificatórias, punitivas de promoção ou não do educando para séries posteriores. O que a torna alvo de diversas críticas, em meio aos recursos utilizados nas instituições de ensino para efetivação da aprendizagem, sendo muitas vezes julgada tanto, pelos alunos com pelos profissionais da educação como insatisfatórias, desnecessárias e incapaz de promover o desenvolvimento da aprendizagem. Neste sentido, nos propusemos a pensar quais seriam os problemas da avaliação nos anos iniciais da educação fundamental.

Os primeiros anos do ensino fundamental sem dúvida, é a fase mais complicada para os educandos, principalmente referente a avaliação da aprendizagem, por estar somada à fase de transição da educação infantil para o fundamental. Onde os conteúdos relacionados há músicas, brincadeiras, historinhas e outros, são trocados por conteúdos sistematizados do ensino fundamental. Passando a ser retirados o seu livre brincar cotidianos como forma de aprendizado, e instaurando novas formas de “testar os conhecimentos” que seriam através de provas e exames quantitativos que exigem do educando decorar os conteúdos no qual, eles não possuem afinidades.

Através de um dos poemas de Cecília Meireles, “Ou isto ou aquilo” podemos imaginar o quanto está transição de um segmento a outro, pode afetar psicologicamente, emocionalmente e conseqüentemente a trajetória escolar de uma criança, “[...] Não sei se brinco, não sei se estudo. Se saio correndo ou fico

tranquilo. Mas não consegui entender ainda. Qual é o melhor: se é isso ou aquilo.” (MEIRELES, 2012, p. 63)

Estará aí, um dos principais motivos da avaliação ser considerada uma vilã, os alunos são inseridos, muitas vezes, ao “mundo das provas” de forma inesperada muitas vezes também, sem haver uma ligação com os ensinamentos anteriores (neste caso, educação infantil), deixando tudo o que aprenderam para trás, como se o conhecimento apreendido pelos educandos não fosse útil e relevante. E passando a impor novos conhecimentos sem a preocupação em dar sentidos a eles.

Então, a avaliação é colocada nessa situação de aflição como necessária para comprovar o que os educandos aprenderam ou não aprenderam, passando a ser classificado como bom aluno ou mau aluno. Nessa perspectiva, o medo de errar, de ser considerado mau aluno, traz ao educando um sentimento de incapacidade de inferioridade, que coloca as provas e avaliações como punições.

A prática da avaliação escolar chega a um grau assustador de pressão sobre os alunos, levando a distúrbios físicos e emocionais: mal-estar, dor de cabeça, “branco”, medo, angústia, insônia, ansiedade, decepção, introjeção de auto-imagem negativa. Uma escola que precisa recorrer à pressão da nota logo nas séries iniciais, tem certamente, uma triste escola e não está educando, é uma escola fracassada. (VASCONCELLOS, 1995, p. 37).

A avaliação nesta perspectiva, assume um caráter mais político que pedagógico, desempenhando um papel de poder, de controle e punição, que é cobrado tanto por parte das instituições escolares como da sociedade. Ao invés disso, deveria ser utilizada como meios de reorientação do processo de ensino-aprendizagem, para conduzir o aluno a superar suas necessidades, dando ao professor a possibilidade de identificar as falhas no processo de ensino.

Os professores no entanto, encontram-se encurralados com a exigência, por parte do sistema escolar, de atribuição de notas, com objetivo de “medir” o nível de desenvolvimento dos alunos. A obrigação em cumprir com os requisitos curriculares (referente as notas), acabam por intervir nas práticas avaliativas, ao modo que as atividades propostas pelo professor sem a intenção de contribuir para a nota acabam sendo rejeitadas, desmotivando-os, vistas como perda de tempo e irrelevante.

Certamente, o medo de fracassar adquirido através da rotulação e quantificação de exames e provas, persistirá como barreira durante todo seu processo de escolarização. Tornando-se papel do professor, neste sentido, esclarecer que as notas não representam o conhecimento adquirido e que através do erro podemos retificar nossos conhecimentos e aperfeiçoar nossos saberes. Como afirma Luckesi (2011, p.137) “[...] o erro não é fonte de castigo, mas suporte para o crescimento.”

Portanto, a avaliação, ainda na concepção de Luckesi (2011), deve ser um ato amoroso, de acolhimento pois é, um recurso pedagógico útil e necessário para auxiliar tanto o educando quanto o educador, no processo de formação e desenvolvimento do ensino-aprendizagem, assim como na construção de si mesmo e da forma de ver a vida. Ela não deve ser vista como opressora da prática educativa, que ameaça e reprime mas sim, como inclusiva, dinâmica e construtiva. E para isso, ao nosso ver, torna-se necessário compreender e distinguir o que seria exame e o que seria avaliação, pois somente, através do esclarecimento de nossas práticas será possível optar pelo certo e adequar ao imprescindível.

Avaliação ou exame: reorientar ou classificar?

O exame no âmbito escolar configura-se como verificação da aprendizagem, e serve para classificar o aluno por meio de notas, assim como também para aprovar ou reprovar, deste modo, Luckesi (1997) afirma que a escola brasileira opera com a verificação e não com a avaliação da aprendizagem, neste segmento qual a diferença entre avaliação e exame? essa questão norteará a discussão deste tópico.

Luckesi afirma que “a prática de provas/exames escolares que conhecemos tem sua origem na escola moderna, que se sistematizou a partir dos séculos XVI e XVII, com a cristalização da sociedade burguesa (1997, p.169). Assim a prática de executar provas concebeu um distanciamento da avaliação, tornando-se um ato excludente, pautado no julgamento do aluno.

Nesta lógica, a uma distorção no sentido real da avaliação, restringindo-se ao exame classificatório que funciona para rotular a aprendizagem do educando, de modo seletivo, assim nos métodos atuais de verificar a aprendizagem atribui a nota como elemento essencial para o sucesso ou insucesso do aluno, desta maneira o processo torna-se imperceptível e

insignificante.

Por outro lado, a avaliação da aprendizagem diferente do exame é inclusiva e acolhedor, não julga, mas, impulsiona o desenvolvimento da aprendizagem, deste modo, o ato de avaliar consiste em dois processos articulados, o diagnóstico e a tomada de decisão, na qual antes mesmo do diagnóstico é necessário a disposição de acolher, para isso é necessário constitui-se como um ato dialógico (LUCKESI, 2000).

Contudo Luckesi assegura que:

Avaliação da aprendizagem necessita, para cumprir o seu verdadeiro significado, assumir a função subsidiar a construção da aprendizagem bem-sucedida. A condição necessária para que isso aconteça é de que a avaliação deixe de ser usada como recurso de autoridade, que decide sobre os destinos do educando, e assuma o papel de auxiliar o crescimento. (1997, p.166)

Conforme o autor referenciado, a avaliação alcança sua magnitude quando indica caminhos satisfatório para uma ação, logo o ato de avaliar implica a busca do melhor e mais satisfatório estado do que está sendo avaliado.

Deste modo, Luckesi (1997) assevera que a aferição da aprendizagem manifesta-se como um processo de compreensão dos avanços, limites e dificuldades que os educandos estão encontrados para atingir os objetivos, assim a avaliação torna-se um instrumento de que conduz a ação pedagógica, e conseqüentemente assumi a função de orientar a prática do professor. Isto seria uma das finalidades primordiais do processo de avaliar, servindo como um indicativo, apontando onde é possível melhorar. Para isso o professor precisa ter o conhecimento teórico para nortear a prática educativa, adquirindo um caráter confluyente, então a prática e a teoria dão a sustentação da avaliação escolar.

Nesta continuidade, a avaliação assumi um papel crucial para um leque de oportunidades para o educando, assim sendo Hoffmann afirma que:

O processo avaliativo, em sua perspectiva mediadora, destina-se, assim a acompanhar, entender favorecer contínua progressão do aluno em termo dessas etapas: mobilização, experiência educativa e expressão do conhecimento, alargando o ciclo que se configura a seguir, no sentido de favorecer a abertura do aluno a novas possibilidades. (2001, p.81)

Deste modo, a avaliação não deve continuar sendo utilizada para julgar o aluno, contudo ela deve ser utilizada como um suporte a fim

de favorecer o melhoramento na aprendizagem do educando, assim impulsionar uma aprendizagem significativa no processo de ensino-aprendizagem.

Por conseguinte, é preciso salientar que a aprendizagem é um processo contínuo e inconcluso, isso quer dizer que irá afetar os alunos de modo variado, sendo um equívoco dos professores por meio das práticas avaliativas centradas nos exames considerar a aprendizagem dos alunos como homogêneos.

Entrevista: análise da prática avaliativa de uma professora dos anos iniciais do ensino fundamental

A entrevista foi realizada com uma professora¹ atuante nos anos iniciais do ensino fundamental na rede pública de ensino. As perguntas foram feitas presencialmente e gravadas com o auxílio de um aparelho celular. Assim, analisaremos algumas das falas da entrevistada que consideramos relevantes nesse processo.

Ao ser questionada sobre sua concepção em relação ao que seria o ato de avaliar e sua função, a entrevistada respondeu:

Para mim... a avaliação - ela tem que ter uma função diagnóstica - é - independente do meio que o professor utiliza, que pode ser uma prova escrita, um trabalho, uma apresentação - ou até mesmo, a avaliação observada na sala... o professor precisa usar essas técnicas para di-ag-nos-ticar, entender - onde está a falha, onde está a di-fi-cul-da-de... o professor aplicou seu conteúdo - o aluno não entendeu, então o professor aplica a avaliação para entender porque que o aluno não entendeu então, a avaliação tem um fim diagnóstico no sentido de re-cu-pe-rar o aluno...

Bem, a partir de sua fala, logo observamos que, segundo a entrevistada a avaliação é o meio de diagnosticar a dificuldade do aluno, podendo ser prova escrita, apresentação oral ou um trabalho, o professor deve utilizá-la então como meio, se valendo de técnicas, de identificar a dificuldade do educando. A partir dessa afirmação é observado que a entrevistada não vê a avaliação como uma forma de punir ou classificar o aluno, mas sim um meio para ajudá-la a saber até onde pode prosseguir nos conteúdos e onde é necessário enfatizar mais. Sendo assim, ela vem a enxergar a avaliação como inclusiva e construtiva,

¹ Para efetivação deste trabalho foram mantidos sob sigilo o nome da professora os dados da instituição escolar.

diferente do exame escolar que tem caráter excludente, classificatório e de modo geral, marginalizam (LUCKESI 2000).

Nesse sentido, a avaliação seria, portanto, todo o processo e não apenas a ação de escrever no papel ou de falar sobre determinado conteúdo, e o professor observará o que aluno tem domínio em relação ao conteúdo e no que aluno ainda apresenta dificuldades de apreensão, ou seja, é necessário, segundo ela, enxergar a situação como ela está. O que ele sabe o que ele tem que saber, para só então, agir. A fundamentação da fala da entrevistada encontra-se então nas palavras de Luckesi:

Para se processar a avaliação da aprendizagem, o educador necessita dispor-se a acolher o que está acontecendo. Certamente o educador poderá ter alguma expectativa em relação a possíveis resultados de sua atividade, mas necessita estar disponível para acolher seja lá o que for que estiver acontecendo. (2000, p.03)

Então, observamos que a concepção de avaliação e da sua função da professora entrevistada, segundo sua fala é condizente com a concepção do professor Cipriano Luckesi.

Quando a professora é questionada sobre as suas práticas avaliativas como ela lida com a individualidade de cada aluno, a depoente responde:

Como eu trabalho com as turmas de primeiro e segundo ano - na instituição me oferece a possibilidade de analisar mais individualmente cada aluno - - eu não utilizo a: prova escrita / só ela /... eu faço uma avaliação individual com cada aluno, eu vejo o que ele aprendeu e aquilo que ele não aprendeu e: repito os conteúdos caso seja necessário... como são salas de alfabetização... então, a instituição me oferece esta liberdade...

Na fala da professora é notório a autonomia que a instituição concede ao ato de avaliar o desenvolvimento de cada aluno, no entanto é preciso para que a avaliação não sirva apenas para classificar ou identificar um problema é necessário que haja reflexão a respeito do que está sendo avaliado. Nesse sentido, Hoffmann (2001, p.18) defende que:

[...] o professor assume o papel de investigador, de esclarecedor, de organizador de experiências significativas de aprendizagem. Seu compromisso é de agir refletidamente, criando e recriando alternativas adequadas a partir da melhor observação e conhecimento de cada um dos alunos, sem perder a observação do conjunto e promovendo sempre ações alternativas.

Nesse segmento, a autora supracitada nos faz refletir sobre o redirecionamento que no ato de avaliar exige, pois é necessário avaliar a prática

inclusive do professor, isso implica que avaliação não limita-se apenas a prova escrita exige um acompanhamento diário dos alunos, para assim avaliar o processo e não apenas o resultado, a prova serve como um instrumento avaliativo, para obtenção de dados, apontado o que precisa melhorar. O fato de apenas repetir os conteúdos é insuficiente, para o processo avaliativo, dessa forma implica mudanças na prática do docente, frente aos fatos observado.

Em outro momento, a entrevistada quando questionada sobre o redirecionamento de suas práticas avaliativas, coloca como principal barreira, a falta de recursos que a instituição deveria oferecer para facilitar este redirecionamento da ação pedagógica após a avaliação para assim promover a aprendizagem, “as instituições – elas não oferecem um suporte técnico, é: um suporte pedagógico para que o professor consiga direcionar sua prática [...]”.

Ao nosso ver, a falta de suporte técnico-pedagógico (computadores, tablete, materiais para impressão de atividades, livros suficientes para todos os alunos e etc.) é um dos fatores que impossibilitam superar as falhas deixadas pelo processo de ensino aprendizagem. Após identificar o porquê de o educando não estar aprendendo determinado conteúdo, seja por mediação inadequada por parte do professor ou por algum tipo de bloqueio da capacidade de aquisição de conhecimento por parte do aluno, torna-se necessário adequar e apropriar-se de métodos e recursos para redirecionar a aprendizagem do educando de acordo com suas necessidades. E como redirecionar, mudar os métodos, inovar e incentivar a educação se a instituição não der suporte ou disponibilizar recursos?

[...] o professor tem liberdade de adaptar o currículo e de transformar a metodologia... mesmo com pouco recurso, dependendo do profissional... ele consegue SIM utilizar o pouco recurso que tem e realizar um trabalho que contemple de fato as necessidades dos alunos... (Professora entrevistada)

Na fala da entrevistada, é perceptível sua disposição e força de vontade no que se refere a falta de recursos técnicos e pedagógicos. Deixando claro que é possível desenvolver um bom trabalho mesmo com a falta de suportes e de materiais adequados para o desenvolvimento de suas práticas. Sendo evidente também, em sua fala, o notório conhecimento sobre as leis que possibilitam adaptar o currículo ao educando e a situação vivenciada por ele, como é o caso da LDB nº 9394/96, Art. 26:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade,

da cultura, da economia e dos educandos. (Lei nº 12.796, de 2013)

Portanto, através da entrevista realizada, nos foi possível deparar com a realidade intrínseca na qual, se encontra a educação brasileira, e compreende que a formação docente é um fator determinante para o processo da avaliação, como forma de reorientar e ajudar o educando a desenvolver-se. Pois, à medida que o educador torna-se consciente de suas práticas, torna-se possível também, ressignificá-la, adequá-las às necessidades e particularidades dos educandos.

Considerações Finais

Pensar a avaliação de uma perspectiva como subsidiária da ação pedagógica é assumir que sua prática proporciona uma aprendizagem significativa, sendo inevitável enxergá-la como instrumento pedagógico favorável para auxiliar e direcionar o educando pelos caminhos mais viáveis, entendendo que este ato não possui um fim em si mesmo, mas que possibilita ressignificar a ação docente, a fim de construir uma prática avaliativa que impulse o aprendizado do educando.

É viável ressaltar, que a avaliação da aprendizagem não deve ser minimizada ao caráter excludente, classificatório e punitivo, mas, sim associado ao ato amoroso, de forma a acolher o educando em suas particularidades para só assim, poder obter um diagnóstico fidedigno as necessidades do educando e conseqüentemente decidir qual melhor o caminho para seguir.

Em suma, as práticas avaliativas são necessárias no processo de ensino-aprendizagem, portanto, o estudo durante o processo de formação docente bem como em sua prática atuante, torna-se fundamental para viabilizar a avaliação como ela realmente deve se, como mediadora da prática docente, assim como propulsora para a aprendizagem do educando. Dessa maneira, não podemos mais vê-la como a vilã da escola, responsável pelo abandono escolar ou desestimulante para o professor e/ou aluno, mas sim, devemos nos empenhar para desconstruir esses conceitos inconveniente em relação a prática avaliativa no âmbito educacional.

Referências

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional**. Lei N° 9.394/96, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**/ Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. - Brasília. 2013.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para Promover**: as setas do caminho. Porto alegre: mediação. Ed. 9° 2001.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 5 ed. São Paulo, Cortez, 1997

_____, Cipriano Carlos. **O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem?** pátio. Porto Alegre: artmed.ano 3, n. 12 fev./abr. 2000

_____, Cipriano Carlos. **Prática escolar**: do erro como fonte de castigo ao erro como fonte de virtude. In: LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MEIRELES, Cecília. **Ou isto ou aquilo**. 7 ed. São Paulo: Global, 2012.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação**: concepção dialética libertadora do processo de avaliação escolar. São Paulo: Libertad, 1995.